

Reajuste do salário mínimo para R\$ 600 é plenamente possível, reforçam tucanos

Deputados do PSDB reforçaram nesta segunda-feira (14) o compromisso de lutar pelo salário mínimo de R\$ 600. Na antevéspera da votação no plenário da Câmara, o Planalto tenta convencer sua própria base aliada a apoiar um reajuste para apenas R\$ 545 com o argumento de que aceitará corrigir a tabela do Imposto de Renda em 4,5%, percentual inferior aos 5,9% defendidos por tucanos. Nesta terça-feira, a partir das 10h, a bancada do PSDB na Casa se reúne para fechar os detalhes sobre a votação. No encontro, assessores técnicos do partido vão expor aos parlamentares estudos que indicam a origem dos recursos para o reajuste.

“Desde a campanha eleitoral, apontamos que esse valor era viável. Entendemos nesse momento, com os argumentos técnicos, que não haverá desequilíbrio no orçamento da União”, defendeu hoje, em Belo Horizonte, o líder do partido na Câmara, deputado **Duarte Nogueira (SP)**. Conforme destacou, a emenda apresentada pelo partido que eleva o piso para R\$ 600 deverá ser votada nominalmente na quarta-feira, segundo acordo feito com os partidos e a liderança do governo.

Sobre a pressão exercida pelo Planalto para que sua base vote pelos R\$ 545, Duarte reconhece que

“Desde a campanha eleitoral, apontamos que esse valor era viável. Entendemos nesse momento, com os argumentos técnicos, que não haverá desequilíbrio no orçamento da União.”

■ **Deputado Duarte Nogueira (SP)**, líder do PSDB na Câmara

isso dificulta a aprovação da emenda do partido, mas avisa que a legenda manterá o compromisso assumido de lutar por esse valor. “Isso não tira a nossa capacidade, e ao mesmo tempo, o nosso empenho de mostrar que é possível”, afirmou, ao reforçar que o PSDB fará o possível para aumentar o piso salarial além dos R\$ 545 defendidos pelo governo Dilma.

Os deputados **Ricardo Tripoli (SP)** e **Carlaile Pedrosa (MG)** também reforçaram o coro a favor da proposta tucana. Segundo Tripoli, o governo não tem preocupação em beneficiar a população com um salário mínimo mais digno porque prefere privilegiar o “grande capital”. De acordo com o deputado paulista, se o valor defendido pelo Planalto for aprovado, a sociedade ficará decepcionada. “Privilegiam as pessoas

que têm muito dinheiro em detrimento daquelas que mais necessitam. Os brasileiros que votaram na presidente Dilma terão uma grande decepção”, alertou.

“Na campanha eleitoral nosso candidato já defendia os R\$ 600. Esse valor não impacta as contas do governo e, por isso, nossa bancada vai lutar por ele. Caso não consigamos, não desistiremos. Lutaremos pelo valor máximo possível em relação ao apresentado pelo governo”, avisou Carlaile.

Alvaro Dias critica ganância desenfreada do governo federal

O líder do PSDB, senador **Alvaro Dias (PR)**, criticou em plenário, nesta segunda-feira (14), o legado fiscal deixado pelo presidente Lula que exigirá ajustes do atual governo, como o já anunciado corte no Orçamento de R\$ 50 bilhões. “Já alertamos várias vezes da tribuna sobre as medidas drásticas que teriam de ser adotadas pelo novo governo em razão de facilidades oferecidas no mandato do presidente Lula. Agora o cenário fiscal é preocupante, agravado pela inflação e taxa de juros em alta, sem falar em um orçamento engessado por despesas crescentes com pessoal. Só de 2003 a 2010, os gastos públicos cresceram 282 bilhões”, destacou o tucano.

Segundo o senador, a ganância desenfreada foi o maior entrave para a ampliação dos investimentos produtivos, além do aumento da carga tributária de 32,4% do PIB em 2002 para 34,4% em 2010. “A dívida pública, que estava em R\$ 932 bilhões em 2003, se ampliou para R\$ 1,7 trilhão, isso sem computar a assombrosa dívida pública paralela, com roupage

de fantasma, que vem tendo presença não contabilizada pelo Tesouro Nacional”, explicou.

A explosão de gastos não foi a única herança deixada pelo governo passado. O líder lembrou ainda que medidas provisórias, que tramitam no Congresso e foram editadas no governo passado, criam cargos e aumentam os gastos públicos (leia mais sobre o tema no verso). “Independentemente do resultado da Olimpíada de 2014, esses ganharão a medalha de ouro. Com salários privilegiados, sem dúvida, estarão recebendo, no pódio, a medalha de ouro oferecida com o dinheiro do imposto pago pelo povo brasileiro”.

Em aparte ao líder Alvaro Dias, o senador **Aloysio Nunes (SP)** afirmou que a herança do ex-presidente Lula é o maior problema da presidente Dilma neste início de governo. “É uma bola de chumbo amarrada a seus pés, que talvez se arrastará até o final do governo, uma herança pesada que recebeu de seu antecessor”, enfatizou.

Votação de MPs que aumentam gastos e criam cargos é um contrassenso, avaliam deputados

Os deputados **Alfredo Kaefer (PR)** e **Ricardo Tripoli (SP)** afirmaram nesta segunda-feira (14) que a presidente Dilma Rousseff deveria anular as 21 medidas provisórias editadas pela gestão anterior em tramitação no Congresso que aumentam gastos e criam cargos. Segundo os tucanos, essa seria a decisão mais sensata, já que as propostas vão na contramão das medidas de austeridade do governo, que semana passada anunciou um corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento.

“De fato, é a constatação de um contrassenso total. É como se alguém estivesse em um automóvel pisando fundo no acelerador e outra pessoa em seguida apertando o freio. Seria razoável e racional que as MPs sejam canceladas e reeditadas dentro da nova sistemática de contenção de gastos que a presidente está preconizando”, destacou Kaefer.

484

cargos de confiança foram abertos apenas pela MP que cria a Autoridade Pública Olímpica. Entre eles, 184 postos com salários que variam de R\$ 18 mil a R\$ 22,1 mil.

De acordo com reportagem do jornal “O Globo”, uma das MPs que poderá gerar polêmica na votação é a que cria a Autoridade Pública Olímpica (APO), ratificando o protocolo assinado entre a União, o estado do Rio de Janeiro e o município do Rio. O texto cria o consórcio de ação para garantir a preparação e realização das Olimpíadas de 2016. A MP cria 484 cargos em comissão. Deste total, 184 com salários que variam de R\$ 18 mil e 22,1 mil.

“Não é possível aumentar cargos e despesas no momento em que se fala em fazer contenção. Há um despropósito nisso. O ideal era que essas medidas fossem retiradas, reestudadas e rediscutidas. Seria muito demagógico da parte do governo a manutenção dessas medidas provisórias”, avaliou Tripoli, ao lembrar que o papel da oposição é fiscalizar os atos do Executivo.



Líder debate com governador e deputados temas de interesse de Minas e do país

A convite do governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, o líder do PSDB na Câmara, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, esteve em Belo Horizonte nesta segunda-feira (14). No encontro, que também contou com a participação de deputados federais mineiros, foram discutidos temas como a liberação de recursos para a infraestrutura local, o corte de R\$ 50 bilhões do orçamento da União anunciado pelo governo Dilma e o valor do novo salário mínimo. Após a reunião no Palácio Tiradentes, o líder reforçou aos jornalistas que o PSDB continua defendendo o reajuste do piso salarial para R\$ 600.

Anastasia destacou a importância de receber o líder do PSDB em Minas Gerais para tratar também das questões regionais. “Semana passada estive em Brasília e fui à Liderança do partido. Hoje Duarte está retribuindo a visita a nosso convite para discutirmos temas importantes do interesse de Minas na Câmara. São projetos que se referem, naturalmente, às

questões relacionadas a grandes obras no estado, que naturalmente o PSDB acompanhará na Câmara, mas também questões políticas da atuação do partido”, destacou o governador.

Presente à reunião, o deputado **Eduardo Azeredo (MG)** afirmou que os tucanos também defenderam temas de interesse de estados e municípios. Ex-governador de Minas, Azeredo destacou a necessidade de uma reforma tributária o quanto antes, já que o governo federal fica com a maior parte dos recursos arrecadados. “A parte distribuída para os estados e municípios foi diminuindo no decorrer dos anos. Há a necessidade de repor essa distribuição pelo menos nos níveis da Constituinte de 88”, afirmou. Também participaram do encontro os deputados mineiros **Paulo Abi-Ackel, Domingos Sávio, Marcus Pestana, Rodrigo de Castro, Eduardo Barbosa, Bonifácio de Andrada e Carlaile Pedrosa**, além do secretário de Estado de Governo, Danilo de Castro.



Leia também em nosso blog:

- ITV: fiadora dos gastos sem controle do governo Lula, Dilma anuncia ajuste rudimentar
- Alto consumo de álcool no Brasil é resultado da falta de programas de orientação, alerta Gomes de Matos
- Para Marisa Serrano, plano de Dilma para Educação precisa sair do papel
- Direto do Twitter, com os deputados Paulo Abi-Ackel (MG) e Mara Gabrilli (SP) e os senadores Alvaro Dias (PR) e Marisa Serrano (MS)
- Direto do Plenário, com os senadores Alvaro Dias (PR) e Aloysio Nunes Ferreira (SP)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>



Onze deputados do PSDB já apresentaram 32 projetos de lei neste ano

Do início da legislatura até o último dia 10, onze deputados do PSDB apresentaram 32 projetos de lei. **Otávio Leite (RJ)** foi o parlamentar que mais entregou propostas: 13. Os temas são de interesse da sociedade e tratam de diversos assuntos como assistência social, segurança pública, meio ambiente e prevenção de desastres. Estão nesta conta apenas as propostas efetivamente protocoladas em 2011, sem levar em consideração os pedidos de desarquivamento de proposições da legislatura anterior.

Seguem abaixo todas as propostas dos deputados tucanos:

Antonio Carlos Mendes Thame (SP)

PL- 175/2011 - Determina a adoção de número único para emergências e segurança pública.

PL- 176/2011 – Classifica o amianto como resíduo “industrial perigoso”.

Andreia Zito (RJ)

PL- 278/2011 – Estabelece a identificação civil precoce de crianças. Toda criança deverá, imediatamente depois de nascer, ter certidão de nascimento emitida por cartório oficial.

PL- 279/2011 – Inclui a apresentação de carteira de identidade para crianças a partir de seis anos como condição para o pagamento do Bolsa Família.

César Colnago (ES)

PL- 289/2011 – O texto amplia para até um salário mínimo a renda mensal per capita das famílias contempladas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) para atendimento de idosos ou pessoas com deficiência. Veja proposta com o mesmo tema entre os projetos apresentados pelo deputado Otávio Leite (RJ).

Duarte Nogueira (SP)

PL- 78/2011 – Propõe a modernização de todos os semáforos com a instalação de temporizadores.

PL- 276/2011 – Cria a Controladoria das Atividades de Inteligência. O órgão teria o objetivo de fiscalizar as atividades de inteligência.

João Campos (GO)

PL- 377/2011 – O projeto criminaliza a conduta daquele que paga ou oferece pagamento pela prestação de serviços sexuais.

Luiz Carlos Haully (PR) (deputado licenciado)

PL- 56/2011 – Dispõe sobre os saldos residuais dos contratos de operações de crédito celebrados com o extinto Banco Nacional de Habitação (BNH) e com a Caixa.

PL- 57/2011 – Proíbe a realização de apostas em evento de natureza esportiva pela rede mundial de computadores.

Marcio Bittar (AC)

PL- 308/2011 – O projeto propõe aumento de 1/3 para 2/3 na pena dos crimes praticados com uso de violência ou grave ameaça contra servidores públicos encarregados da segurança pública ou da administração da Justiça.

Otávio Leite (RJ)

PL- 60/2011 – Determina que os recursos para prevenção de desastres naturais sejam classificados como transferências obrigatórias da União.

PL- 61/2011 - O projeto determina que a pessoa física poderá deduzir da base de cálculo do seu imposto de renda os pagamentos efetuados durante o ano-base por compra de imóvel destinado exclusivamente à moradia própria.

PL- 62/2011 – Transforma o antigo campo de provas de Gericinó, do Exército, em aterro sanitário no Rio de Janeiro.

PL- 63/2011 – As placas comemorativas de inauguração de obras públicas deverão fazer menção, obrigatoriamente, a todas as gestões de governos que tenham contribuído diretamente para a sua realização.

PL- 64/2011 - Disciplina a troca de peça ou recall dos fabricantes de veículos.

PL- 65/2011 - Inclui entre os rendimentos isentos do imposto de renda os valores percebidos pelos portadores de diabetes mellitus.

PL- 66/2011 - Determina que as empresas prestadoras de serviços de televisão por assinatura fiquem obrigadas a disponibilizar ao público grade de programação formatada numa específica sequência crescente de números identificadores de canais.

PL- 67/2011 - Regulamenta a profissão de cuidador de pessoa. O projeto também delimita o âmbito de atuação e fixa remuneração mínima para os profissionais.

PL- 68/2011 - A proposta estabelece que os conteúdos de Educação Física no ensino infantil, fundamental e médio serão ministrados exclusivamente por professores com formação superior.

PL – 69/2011 - Institui o direito ao brasileiro residente no exterior de votar para presidente e vice-presidente da República, senador e deputado federal de seu estado de origem eleitoral ou de origem natal.

PL – 70/2011 - Esse projeto torna obrigatória a participação dos candidatos majoritários em debates organizados pelos meios de comunicação. Os convites deverão ser entregues na sede do partido no município ou estado onde o candidato concorre com a antecedência mínima de setenta e duas horas.

PL- 71/2011 – A proposta permite que o professor poderá lecionar por mais de um turno num mesmo estabelecimento, assegurados e não se computando os intervalos de recreio e o de uma hora para refeição, desde que não ultrapasse a jornada de trabalho semanal estabelecida legalmente. Atualmente, pelo artigo 318 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o professor não pode dar, por dia, mais de 4 aulas consecutivas nem mais de 6 intercaladas. Segundo o deputado, a nova regra reduz o estresse dos profissionais da educação que precisam lecionar em mais de uma escola e são obrigados a se deslocarem diariamente no trânsito, principalmente nos centros urbanos.

PL- 72/2011 – Estabelece que as famílias carentes com mais de uma pessoa com deficiência ou idosa possam requerer o benefício da assistência social para todas as pessoas nessas condições. Pela regra atual, a ajuda de um salário já paga para um dos integrantes dessa mesma família, impede o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para o segundo membro do mesmo núcleo familiar. Isso acontece porque é computado o BPC de um salário mínimo para o cálculo da renda familiar mensal per capita. Só tem direito ao benefício famílias com renda de 1/4 do piso salarial.

Ricardo Tripoli (SP)

PL- 192/2011 – Acaba com a cobrança do ITCMD. Trata-se de um tributo federal obrigatório, cobrado nas transações imobiliárias de compra e venda com escritura definitiva, que envolvam imóveis localizados em terrenos de Marinha

Romero Rodrigues (PB)

PL- 277/2011 – Cria regras para garantir que os aprovados em concursos públicos sejam convocados.

William Dib (SP)

PL- 339/2011 – Autoriza a criação de uma Escola Técnica Federal no município de São Bernardo do Campo (SP). O objetivo é formar técnicos para atender às necessidades sócio-econômicas do setor industrial e comercial da região do ABC. De acordo com o tucano, a proposta será uma medida de prevenção contra a criminalidade, pois criará oportunidade de emprego para a juventude.

PL- 361/2011 – O projeto altera os dispositivos da Lei 9099/95 que trata sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, incluindo, dentre outras coisas, o Estado, do Município e o Distrito Federal, bem como das entidades administrativas, na condição de ré, como ocorre com a União no Juizado Especial Federal. A proposta amplia ainda o limite das causas de quarenta salários para sessenta salários mínimos.

PL- 362/2011 - Altera o artigo 15 da Lei 10.741/2003, que trata sobre o Estatuto do Idoso, assegurando a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde física, mental, psicológica, odontológica, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

PL- 363/2011 - Estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de odontologia nas unidades hospitalares. Essa medida objetiva aprimorar os cuidados prestados aos pacientes internados em hospitais e clínicas, tendo em vista os dados comprovados de que a falta desse profissional nas unidades de tratamento intensivo tem contribuído para o aumento de mortes nos leitos de UTIs de todo o país.

PL- 364/2011 – Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos estados, e do Distrito Federal. A proposição prevê que o dirigente de entidade representativa dos militares estaduais, seja dispensado temporariamente das suas funções para exercer atividade na respectiva entidade de forma a garantir o seu funcionamento.

PL- 365/2011 – A medida cria o projeto Policial/Bombeiro-Cidadão. O projeto permite que os jovens recém saídos do serviço militar obrigatório das Forças Armadas ou dispensados por excesso de contingente possam prestar o serviço voluntário nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal. Os participantes do projeto receberão, além da formação profissional de segurança pública, outras habilitações e devem atuar obrigatoriamente na comunidade de origem.

Confira os links para as íntegras das propostas no blog